



Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da *Folha de S. Paulo* e d'*O Globo* em 1994¹

A preliminary analysis of the ideological bias of *Folha de S. Paulo* and *O Globo* political project in 1994

Fabício Ferreira de Medeiros

Mestrando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

fabricio.f.medeiros@hotmail.com

Recebido em: 31/10/2017

Aprovado em: 10/01/2018

Resumo: No Brasil, nos anos 1990, a imprensa esteve engajada em uma série de discussões a respeito do caráter do Estado e do modelo de desenvolvimento a ser implementado no país. Atentando para estas questões, propõe-se elaborar um mapeamento do pensamento político da *Folha de S. Paulo* (FSP) e d'*O Globo* (OG), com base em referências bibliográficas, e desenvolver uma análise preliminar sobre o viés ideológico do projeto político defendido por estes jornais no cenário de 1994. Nesse sentido, por meio do exame dos editoriais da FSP e d'OG, argumenta-se que seu projeto político esteve nitidamente marcado por um modelo neoliberal de desenvolvimento, combinado com elementos conservadores no plano político e ideológico.

Palavras-chave: Jornais, projeto político, conservadores.

Abstract: In Brazil, in the 1990s, the press was engaged in a series of discussions about the character of the state and the development model to be implemented in the country. Considering these issues, it is proposed to develop a mapping of the political thinking of *Folha de S. Paulo* (FSP) and *O Globo* (OG), based on bibliographical references, and to develop a preliminary analysis on the ideological profile of the political project defended by these newspapers in the 1994 scenario. In this sense, through the review of FSP and OG editorials, it is argued that his political project was clearly marked by a neoliberal model of development, combined with conservative elements in the political and ideological.

Keywords: Newspapers, political project, conservative.

Introdução

A atuação política dos jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo* (OG) na década de 1990 foi objeto de várias pesquisas. Neste artigo, propomos a análise de determinados estudos que, partindo de abordagens semelhantes teoricamente, mas distintas em termos metodológicos e empíricos, possibilitam delinear um mapeamento do pensamento político dos jornais citados. Além disso,

¹Esse artigo fundamenta-se em pesquisa de dissertação de mestrado em andamento.



buscamos apresentar, de maneira introdutória, uma leitura sobre o projeto político desses periódicos, defendido ao longo de todo o ano de 1994. Para tanto, examinamos um total de 140 editoriais, sendo 83 editoriais publicados pela *FSP* e 57 correspondentes a *OG*.

A definição de projeto político ora adotada está intimamente associada ao neoliberalismo, abrangendo não somente uma redefinição do espaço político *stricto sensu*, mas toda uma reformulação da vida em sociedade, dos valores culturais e históricos (KUJAWSKI, 1976). Nesse sentido, a noção de projeto político vincula-se ao conceito de cultura política, entendido como “La formulación de demandas, como la actividad a través de la cual los individuos y los grupos de cualquier sociedad articulan, negocian, implementan e imponen las demandas respectivas que se hacen entre ellos y al conjunto”, na perspectiva de Keith Baker (2006, p. 94).

Teoricamente, portanto, consideramos a *FSP* e *OG* como atores políticos, que influenciam e ao mesmo tempo são influenciados pelo campo político.² Os periódicos atuam nesse campo, fundamentalmente, posicionando-se em um conjunto de relações de força e conflito, narrando e interpretando o mundo social, hierarquizando os atores e grupos envolvidos e projetando suas próprias ideias. Com referência a Héctor Borrat (1989), reconhecemos certa autonomia ao jornal, pois apesar de suas possíveis afinidades ideológicas com um governo ou classe, este não pode ser tomado como mero instrumento, mas sim enquanto ator histórico com poder de intervenção política e social.

O projeto político da *Folha de S. Paulo* e d’*O Globo* nos anos 1990: neoliberalismo à brasileira

A atuação política dos jornais *FSP* e *OG*, ao longo da década de 1990, é objeto de várias pesquisas, entre as quais vamos dedicar especial atenção aos estudos de Francisco Fonseca (2001), Carlos Sávio Gomes Teixeira (2001), Rodrigo Carvalho (2006) e João Braga Arêas (2012). Aqui, verifica-se certa semelhança em termos teóricos, porém, diferenças ao nível das abordagens e dos objetos, com análises específicas sobre *OG*, e que, em outros casos, ora englobam ambos os jornais, ora vão além dos mesmos, isto é, da *FSP* e d’*OG*. De qualquer modo, a revisão dessas pesquisas permite verificar a anatomia do projeto político defendido pela grande imprensa, bem como considerar, entre outras questões, sua ideologia inserida em determinado campo do espaço político brasileiro.

²Segundo Pierre Bourdieu (2012, p. 164), o campo político se constitui em um mundo social relativamente autônomo, no qual são produzidos determinados “problemas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”.



Em sua tese de doutorado em História Social, defendida em 2001, Fonseca (2001) avalia a atuação da grande imprensa (representada por: *FSP*, *OG*, *O Estado de S. Paulo – OESP* – e *Jornal do Brasil – JB*) na constituição da agenda e da hegemonia ultraliberal (outro termo para o neoliberalismo) no Brasil. Tendo como recorte o período de definição da Nova República (1985 a 1994), o autor considera que a grande imprensa paulista e carioca buscou difundir na sociedade determinado projeto político, marcado pela preeminência do mercado e da esfera privada frente ao Estado e à esfera pública, expresso na defesa da abertura comercial, da privatização e da desregulamentação de diversos setores, entre os quais, o mercado de trabalho. A partir da vulgarização dessas ideias, segundo Fonseca, aqueles periódicos atuaram de maneira consistente na construção da hegemonia neoliberal, viabilizando a eleição de políticos afinados com tal projeto, a exemplo de Collor (1989) e Fernando Henrique Cardoso (1994), bem como sua execução no plano governamental.

Se valendo de uma abordagem distinta, Teixeira (2001) busca compreender a atuação política dos mesmos jornais analisados por Fonseca (2001), porém, com atenção voltada para as eleições de 1994 e 1998. Pretende, a partir da análise dos editoriais da *FSP*, *d'OG*, *d'OESP* e do *JB*, examinar a postura assumida pela grande imprensa no que se refere à eleição e reeleição de FHC. Em sua dissertação de mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, o autor conclui que, apesar da distinção de ênfase, todos os periódicos analisados apoiaram FHC politicamente, em detrimento de Lula. O referido apoio também não se expressou de forma nítida, mas através de enquadramentos temáticos. Em síntese, sobretudo em relação à atuação política dos periódicos no cenário de 1994,

Todos os jornais apoiaram de modo forte/muito forte o P. E. E. [Plano de Estabilização Econômica]. No entanto, os diários fluminenses o apoiaram de forma ainda mais intensa. [...] Nenhum dos quatro jornais dedicou apoio editorial à candidatura petista. Dentre todos os diários analisados a oposição mais forte a Lula foi veiculada nas páginas editoriais do Estadão. [...] Diferenciam-se em termos de intensidade e não de substância. Não há apoio direto a candidatura FHC. O apoio é dado indiretamente: louva-se mais o plano e menos o candidato (TEIXEIRA, 2001, p. 81; grifo nosso).

Assim como faz Fonseca, Teixeira associa a grande imprensa paulista e carioca à defesa do neoliberalismo. Seria justamente a afinidade do programa de governo de FHC com tal projeto político que permitiria o apoio dos veículos de comunicação ao candidato nos pleitos de 1994 e 1998. Também a exemplo daquele autor, Teixeira percebe na atuação da grande imprensa um viés conservador, no sentido de que a oposição intransigente a Lula expressava algo maior, qual seja, a oposição a qualquer projeto político de esquerda. Contudo, os limites de sua pesquisa são muito sensíveis, pois o autor pouco se debruça sobre as ideias políticas difundidas por cada periódico.



Não há um esforço de demonstração de sua análise com referências empíricas, isto é, por meio da citação dos respectivos editoriais. Por tudo isso, a qualidade que a pesquisa ganha na capacidade de identificar as ênfases de apoio e oposição a um e outro candidato não é acompanhada de uma fundamentação empírica que permita evidenciar o “como” se compreende a atuação política dos periódicos – uma limitação que o próprio autor reconhece, vale dizer.

Carvalho (2006), em sua dissertação de mestrado em Comunicação e Mercado, restringe o leque de objetos, mas amplia o recorte temporal, investigando a atuação política somente dos jornais *FSP* e *OG* ao longo de todo o governo FHC (1995-2002). A exemplo de outros autores, foca sua atenção nos editoriais, buscando analisar a relação da grande imprensa com o governo Fernando Henrique, a partir de três eixos temáticos: o político, o econômico e o ideológico.

As conclusões de Carvalho (2006) se aproximam daquelas apresentadas por Fonseca no que se refere à adesão e à defesa, por parte da grande imprensa, do neoliberalismo. Tanto a *FSP* quanto *OG* estariam engajados, ao longo dos anos 1990, na implantação de um modelo de desenvolvimento a partir do qual o Estado passa a ter seu papel econômico reduzido a regulador e promotor da iniciativa privada, enfatizando-se a desestatização, a abertura econômica e a execução de reformas estruturais que pudessem inserir o Brasil em uma nova lógica de desenvolvimento. Do ponto de vista teórico, o pesquisador se assemelha a Fonseca e a Arêas, considerando os jornais examinados como atores políticos, ideológicos e instrumentos da classe dominante, tomando como referências autores que propõem uma abordagem marxista: Louis Althusser, Antonio Gramsci e Ciro Marcondes Filho. Nesse sentido, o trabalho de Carvalho ora reconhece a autonomia do periódico no tratamento de determinadas ideias e valores, ora instrumentaliza sua atuação, vista na perspectiva de interesses do governo, da classe dominante e do próprio sistema capitalista. Em suas palavras, “os grandes jornais, pertencentes aos grupos econômicos aliados que compõe a classe dominante, funcionam como aparelhos ideológicos de Estado, instrumentos fundamentais para o exercício do poder”. Ressalta que a *FSP* e *OG* “se posicionam acima dos partidos, mas no nível dos seus próprios interesses [...]” (CARVALHO, 2006, p. 234), não podendo ser qualificados como partidários. De todo modo, “isto não significa, [...] que estes jornais estão vinculados a todo e qualquer governo, partido ou personalidade política, ao contrário, o compromisso é com o sistema econômico e social” (CARVALHO, 2006, p. 237).

Arêas (2012), por sua vez, restringe ainda mais a quantidade de periódicos examinados, detendo-se apenas a *OG*. Em sua tese de doutorado em História, o autor define como objetivo da pesquisa compreender a difusão e a construção da hegemonia neoliberal no Brasil, no período



1989-2002, considerando as matérias e editoriais publicados em *OG* nesse recorte e tendo como principal item temático de investigação as privatizações.

Considerando a imprensa como partido e Aparelho Privado de Hegemonia (APH), em uma chave de leitura gramsciana, bem como a habilidade dos veículos de comunicação no que versa sobre a construção de agendas públicas, o historiador chega a conclusões teóricas semelhantes às de Carvalho, principalmente, tomando *OG* como instrumento político e ideológico a serviço de “frações das classes dominantes, em especial daquelas vinculadas ao capital financeiro e às multinacionais” (ARÊAS, 2012, p. 41). Para Arêas (2012), portanto, o jornal carioca teria assumido certo protagonismo na difusão do neoliberalismo, permitindo a unificação da classe dominante e construindo, retoricamente, uma adesão subordinada das classes subalternas ao projeto político defendido, a nível governamental, inicialmente por Collor (1990), e posteriormente por FHC (1995 a 2002).

O pesquisador pontua que *OG*, na medida em que defendeu o neoliberalismo como o único modelo de desenvolvimento possível, teria atuado de forma conservadora e autoritária, subtraindo a legitimidade das esquerdas no que tange a construção de projetos políticos alternativos (tomando-se o neoliberalismo como paradigma) e justificando ações repressivas contra movimentos e partidos de oposição a FHC, geralmente de esquerda. Tudo isso, ressalte-se, possibilita perceber o jornal carioca – e inclusive a *FSP* – enquanto ator político inserido em determinado campo do espaço político, qual seja, o campo das direitas,³ sobretudo em sua vertente liberal. E é justamente nesse sentido que propomos uma análise preliminar sobre os editoriais da *FSP* e *d’OG*, tendo como recorte o ano de 1994.

Uma análise preliminar acerca do viés ideológico do projeto político da *Folha de S. Paulo* e *d’O Globo* em 1994

No ano de 1994, Fernando Henrique Cardoso venceu a eleição presidencial, tendo como maior adversário o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Todavia, o foco da pesquisa não corresponde à eleição, mas sim ao projeto político defendido pela *FSP* e *OG* – ainda que apresente vários pontos de contato com o processo eleitoral. A pesquisa em questão abrange, ainda, o cenário de 1998, compreendido como o momento no qual se reafirma o neoliberalismo como paradigma das políticas do governo federal, através da reeleição de FHC, e da atuação política dos periódicos citados, dada a permanência na defesa das ideias vinculadas a esse projeto. Porém, para os fins deste artigo, consideramos apenas o cenário de 1994, dada a

³Cf. Velasco e Cruz; Kaysel; Codas (2015).



incompletude da análise de fontes referentes ao segundo cenário.

A proposta desse trabalho é fazer uma análise preliminar acerca do projeto político defendido pela *FSP* e *OG* em 1994, com atenção especial para o seu viés ideológico. Para tanto, tomamos como referências no exame dos editoriais os seguintes eixos temáticos: 1) *Atores políticos e programas de governo*, relativo às representações que os jornais construíram acerca de Lula, do PT e FHC, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); 2) *Estabilização e desenvolvimento econômico*, o qual abrange as discussões sobre a inflação, o Plano Real, a associação entre o dito Plano e a candidatura FHC, o orçamento público, o crescimento e a distribuição de renda; 3) *Privatização*, compreendendo as empresas estatais, os monopólios, a caracterização das gestões pública e privada, os benefícios advindos da privatização, sua relação com a estabilização econômica e a representação dos atores críticos a essas medidas; 4) *Reformas*: trabalhista, previdenciária, administrativa e tributária; e, por fim, 5) *Estado, mercado e modelos de desenvolvimento*, eixo que reúne editoriais voltados para a discussão em torno da importância do capital estrangeiro e da iniciativa privada, o livre mercado e a abertura comercial, os monopólios e o corporativismo, além de considerações relativas ao neoliberalismo e ao socialismo.

A definição dos eixos temáticos se orientou pela ênfase com que tais questões foram abordadas por ambos os periódicos. Foi por meio da saliência com que a *FSP* e *OG* trataram os temas citados, que se buscou construir uma agenda específica e um consenso relativo à interpretação de cada item inerente ao projeto político. Nesse sentido, para fins de análise da atuação política da imprensa, considera-se os conceitos de agendamento e enquadramento. Por agendamento, define-se a habilidade que a mídia tem de “influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública”, conforme expõe Maxwell Mc Combs (2009, p. 17-18). Por enquadramento, entende-se o trabalho de seleção, avaliação, interpretação e hierarquização dos temas salientados, na definição de Robert Entman (1993). Ou seja, se no primeiro nível, do agendamento, os jornais dizem sobre o que o leitor deve pensar; no segundo nível, do enquadramento, definem como pensar cada tema. Note-se, por outro lado, que o enquadramento não diz respeito apenas à visibilidade em torno de questões específicas, mas também ao silenciamento e à exclusão. Portanto, a constituição de projetos políticos não se dá somente por meio da ênfase com que se difundem determinadas ideias e valores, mas inclusive através da marginalização ou subtração com que se tratam projetos políticos concorrentes, neste caso, projetos à esquerda e/ou críticos do neoliberalismo.



Atores políticos e programas de governo⁴

A caracterização dos atores políticos e dos respectivos programas de governo dos candidatos que lideraram a corrida presidencial em 1994, ou seja, Lula (PT) e FHC (PSDB), permite compreender, embora parcialmente, a avaliação que cada jornal fez acerca das condições de ocupação do cargo de presidente da República, a partir de 1995. Mais que isso, permite examinar a importância que a *FSP* e *OG* atribuíram a cada projeto político, bem como a adesão dos periódicos ao neoliberalismo.

No geral, a *FSP* fez uma avaliação positiva sobre FHC, particularmente na qualidade de Ministro da Fazenda e principal gestor do Plano de Estabilização Econômica (PEE) do governo Itamar Franco (1992-1994). Seu programa de governo foi avaliado conforme as necessidades de modernização econômica que o Brasil ansiava naquele momento, segundo o jornal paulista. Enfatizando o rigor com que bancos estaduais seriam tratados em termos financeiros e a importância da iniciativa privada, do capital estrangeiro, da “flexibilização do monopólio do petróleo, da reforma do Estado” e da privatização, FHC estaria propondo a implementação de um projeto político que permitiria “avanços significativos no sentido da modernização do país” (A FALA..., 1994, p. 2).

Para o jornal paulista, FHC representaria o político afinado com a satisfação das necessidades do povo brasileiro, aderindo positivamente à condução da revisão constitucional e às privatizações. Apesar de não ser incisivo em seu posicionamento acerca de determinados temas, a exemplo da flexibilização dos monopólios do petróleo, das telecomunicações e do setor elétrico, o candidato tucano estava “no caminho certo”, segundo a *FSP* (A GESTÃO..., 1994, p. 2).

Lula, por outro lado, foi associado ao intervencionismo estatal, em contraponto com Fernando Henrique, defensor de um modelo de desenvolvimento no qual o mercado atua de forma mais autônoma. Apesar de considerar a consistência ideológica e a fidelidade partidária do PT (O BUTIM, 1994, p. 2), o jornal paulista teceu uma série de críticas aos petistas, sobretudo ao partido. Em várias oportunidades, a *FSP* caracterizou o PT como um partido dividido entre uma ala moderada, representada em alguma medida por Lula, e uma ala radical, que, influente na direção da agremiação trabalhista, estaria buscando tornar-se hegemônica. Porém, a avaliação sobre as tendências internas do PT esteve marcada pelo juízo negativo: se a ala radical se definia pela incoerência e inadequação de suas ideias, a ala moderada seria vista como expressão de uma estratégia eleitoreira e oportunista. Na perspectiva da *Folha*, o difícil equilíbrio de forças entre

⁴Nesse eixo temático, analisamos 21 editoriais da *FSP* e 7 editoriais d'*OG*.



radicais e moderados, conquistado por ocasião do IX Encontro Nacional do PT “não se fez por uma real convergência de ideais políticos, mas apenas porque os dirigentes petistas perceberam que qualquer radicalização poderá reduzir as chances eleitorais de Lula” (O PROGRAMA..., 1994, p. 2; LULA..., 1994, p. 2). Ainda assim, o jornal considerou a linha moderada menos problemática do que a ala radical (DIVISÕES..., 1994, p. 2).

Os editoriais da *FSP* foram firmes nas críticas contra o PT e sua ala mais aguerrida, chamada de “grupelhos jurássicos” (SE HOJE..., 1994, p. 2), sugerindo o anacronismo característico de seus posicionamentos político-ideológicos. Também difundiram uma representação catastrófica do programa de governo petista para o futuro do país. Nele, a *FSP* viu um conjunto de ideias totalmente ultrapassadas, anacrônicas e mesmo absurdas, entre as quais se destacava uma maior intervenção do Estado, o fim das privatizações, a manutenção dos monopólios estatais e inclusive a promoção dos quadros militares, com a previsão de um programa nuclear. Mais uma vez o jornal salientou que o programa de governo do PT apresentava ideias cuja sustentação empírica estaria totalmente fora da realidade, pois ultrapassadas no tempo. De várias maneiras, desqualificou o programa do partido que até finais de julho liderava as pesquisas de opinião, fato que incomodava ainda mais o periódico paulista.

À semelhança do posicionamento da *FSP*, *OG* associou a candidatura de FHC à estabilização econômica e, especialmente, ao Plano Real. No entendimento do jornal da família Marinho, a ascensão do candidato do PSDB nas pesquisas de opinião, a partir dos meses de junho e julho,⁵ seria explicada devido ao sucesso do Plano, arquitetado e implementado por FHC quando esteve à frente do Ministério da Fazenda, até o momento em que abandonou o cargo para disputar a presidência da República, em 27 de março de 1994. O programa do PT e a campanha eleitoral de Lula, por outro lado, estariam marcados por generalidades e indefinições, pela falta de propostas consistentes no tratamento de temas concretos e problemáticos, quais sejam, a qualidade da relação Estado-mercado e a concepção de justiça no que se refere aos salários (CHAMADA..., 1994, p. 6).

Em contrapartida, FHC era visto como protagonista de um novo modelo de desenvolvimento a ser implementado no Brasil, marcado, entre outras coisas, pelo fomento ao diálogo entre sociedade e Estado, sob uma perspectiva afeita a ideias democráticas (CONSCIÊNCIA..., 1994, p. 6). Fernando Henrique também foi representado de maneira positiva ao ser associado à estabilização econômica e à execução da revisão constitucional, tarefa a qual,

⁵Dados da **pesquisa de intenção de voto para presidente da República (1994)**, promovida pelo Instituto Datafolha. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/10/1203291-intencao-de-voto-presidente---1994.shtml>. Acesso em: 19 de ago. 2017.



segundo o jornal carioca, o político tucano reconhecia importância e tinha a obrigação de assumir como seu compromisso (TEMPO..., 1994, p. 6).

Avaliando o posicionamento do PT sobre a intervenção do Estado na economia, *OG* fez uma série de críticas ao partido e à Lula, argumentando que estes se colocavam em direção contrária à tendência mundial, isto é, a desestatização associada à liberalização econômica. Como em outras ocasiões, o periódico buscou enquadrar o programa de governo petista sob o tom do anacronismo, da falta de consistência empírica e propositiva e mesmo, no limite, da carência absoluta de condições de implementação prática, expressando, como fez a *FSP*, a desqualificação completa de projetos políticos à esquerda. Assim, “ao não identificarem na privatização um valioso instrumento de reforma estrutural, os redatores do programa do PT fazem pior do que escolher um caminho teoricamente inferior a outro: voltam as costas a fatos incontestáveis e ao alcance de todos” (NEGANDO..., 1994, p. 6).

Na verdade, o jornal chegou a afirmar que o PT possuía um candidato, mas não apresentava um programa. O partido seria inconsistente em seus posicionamentos, beirando a um “esquerdismo infantil”. Enquanto isso, do outro lado, haveria um programa já posto em prática, apesar de não haver candidato oficialmente associado ao mesmo. Tal programa ou projeto político, marcado pela primazia do mercado e pelo compromisso com a estabilização econômica, *OG* defende não só enquanto paradigma, mas na condição de “a única opção possível” (OBJETO..., 1994, p. 6).

Também a exemplo do que fez a *FSP*, *OG* criticou o que considerava como a ala radical do PT, um grupo que estaria lutando pela hegemonia da direção do partido. Chamou os membros dessa ala, pejorativamente, de “xiitas”, “sectários”, os quais, por defender oficialmente o socialismo, estariam conduzindo o PT na direção oposta ao que precisava o Brasil naquele momento. Aproveitou para criticar o caráter do Estado brasileiro (o qual, sugere o jornal, o PT defenderia), marcado pelo corporativismo, pela incompetência e pelo intervencionismo (TRINCHEIRAS..., 1994, p. 6).

Estabilização e desenvolvimento econômico⁶

A associação entre estabilização e desenvolvimento econômico, sem dúvida, foi um dos temas mais abordados pela grande imprensa no período, sobretudo pela *FSP* e *OG*. Por meio das discussões em torno da inflação, do Plano Real, associado à candidatura FHC à presidência da República, do orçamento público, do crescimento econômico e da distribuição de renda, é possível

⁶Para o exame desse eixo temático, analisamos 22 editoriais da *FSP* e 15 editoriais d’*OG*.



apreender, em boa medida, qual projeto político os periódicos citados propuseram implementar no Brasil a partir de 1995, com a posse do futuro chefe do Executivo Federal.

Em relação ao Plano Real, peça central na estabilização econômica, na perspectiva de ambos os jornais, a *FSP*, diferentemente de *OG*, mostrou um posicionamento mais cético, embora não de oposição. Criticou, em determinados momentos, a falta de clareza do governo federal na execução do Plano, reclamando transparência na execução de cada etapa. Os efeitos do Plano Real sobre a economia, em particular no que se refere ao combate à inflação e a regulação dos preços, igualmente foram vistos com moderação, de modo que, se o periódico paulista defendia a importância da estabilização econômica e reconhecia a competência com que o Plano era executado, por outro lado, a *FSP* não deixava de mostrar-se cautelosa com seu desenvolvimento.

Demonstrando apoio a esse Plano, que pretendia por fim a um longo período de instabilidade econômica e crise inflacionária, a *Folha* disse: “O Plano Real é sem dúvida a mais transparente entre todas as iniciativas de estabilização já tentadas no Brasil. Trata-se de uma qualidade devida ao prévio anúncio das medidas e à eleição do mercado como principal árbitro dos preços na passagem para a nova moeda” (HORÁRIO..., 1994, p. 2). Posteriormente, argumentou que a ascensão de FHC nas pesquisas de opinião deveu-se, em boa medida, ao sucesso do Plano Real. Mas considerou a necessidade de ver essa projeção do candidato tucano com cautela, pois a aprovação da nova moeda seria mais resultado uma de sensação momentânea do que do apoio concreto e duradouro entre o eleitorado brasileiro (AS SURPRESAS..., 1994, p. 2). O tom cético com que o periódico avaliou a implementação do Plano Real perpassa vários editoriais, diferente do que se percebe em *OG*.

Apesar de reconhecer em Fernando Henrique Cardoso “seu aparente compromisso com a estabilização”, o jornal do Grupo Folha mostrava-se receoso com o futuro governo, percebendo uma série de sinais que demonstrariam certa “resistência à agenda da estabilização”. De todo modo, ao invés de se opor ao futuro presidente da República, a *FSP* se colocou na posição de cobrar e fiscalizar FHC no atendimento de suas propostas de governo. Salientou que “já passa da hora de o presidente eleito afastar as dúvidas que acometem o país, tornando cristalino o inequívoco o seu compromisso com as reformas indispensáveis para a estabilização” (POR DEFINIÇÕES, 1994, p. 2). Sugeriu, dessa maneira, que a estabilização era importante, mas não estava isolada do tratamento de outros problemas. Seria antes um elemento, embora não menos importante, em associação a outros tópicos da agenda voltada para a redefinição do papel do Estado brasileiro (FALTAM..., 1994, p. 2).



Assim como fez *OG*, a *Folha* associou o sucesso do Plano Real, logo, da estabilização, às possibilidades de vitória da candidatura de FHC à presidência da República. Em outras palavras, o sucesso do Plano foi colocado como sinônimo e condição *sine qua non* do crescimento das intenções de voto em FHC (DESMANCHE, 1994, p. 2; SINAL..., 1994, p. 2; O REAL..., 1994, p. 2), embora o contrário não fosse verdadeiro, na avaliação da *FSP*, e se questionasse a coincidência entre o calendário eleitoral e a introdução do real, considerando-se o impacto da nova moeda sobre a inflação e o eleitor (COINCIDÊNCIAS, 1994, p. 2).

Vale dizer, a estabilização econômica foi tida como o primeiro passo para o crescimento. Sem essa iniciativa, o governo não conseguiria atrair investimentos estrangeiros e tornar a economia brasileira mais competitiva (ESTABILIZAR..., 1994, p. 2). A estabilização também foi apresentada como imperativo mesmo para se combater as desigualdades socioeconômicas. O jornal propunha que, com o combate à inflação e a estabilização de preços, haveria uma redistribuição de renda no país, expressa, entre outras coisas, no aumento do poder de consumo da população. Embora afirmasse que a estabilização não resolvia o problema por completo (VAI AJUDAR?. 1994, p. 2; INJUSTIÇA..., 1994, p. 2), é possível questionar a real saliência do tema das desigualdades no projeto político da *FSP*. A redistribuição de renda não aparecia como uma prioridade na perspectiva desse periódico, mas sim como um apêndice, um complemento, ainda que importante, da estabilização e da liberalização econômica. Pouco se discutiu o “como” seria efetivada a redistribuição de renda, de modo que o processo foi colocado como produto quase que automático do controle inflacionário. Com efeito, e assim como fez *OG*, a questão das desigualdades apareceu mais como elemento retórico, que permite a construção de certa legitimidade do projeto político defendido pelos jornais, do que propriamente como item prioritário no mesmo.

OG, a exemplo do que fez a *FSP*, apoiou a estabilização econômica, viabilizada pelo Plano Real e associada tanto à vitória de FHC no pleito eleitoral quanto à possibilidade de promover-se o crescimento da economia brasileira. Porém, esse apoio foi mais explícito e intenso no jornal da família Marinho. Na verdade, não se verificou quaisquer críticas ou ceticismo em relação ao andamento do Plano. Mesmo diante da instabilidade geralmente promovida pelas eleições, o real teria se mantido estável, dada a sustentabilidade do PEE, conduzido pelo governo Itamar e por FHC, afirma o periódico carioca (A SALVO..., 1994, p. 6).

Afinado com o discurso do governo e da campanha eleitoral tucana, *OG* defendeu Itamar das pressões no que tange ao aumento dos salários dos servidores públicos. Para o jornal, ao contrário do que acusavam determinados setores, o governo tinha sido responsável ao lidar com os dados concretos das contas da União. Não havia condições, afirma, de aumentar mais do que já



vinha sendo aumentado o orçamento do funcionalismo. Aliás, não caberia esse aumento se considerada a flagrante concentração dos pagamentos em uma parcela mínima do total de servidores. Antes de se tratar de uma questão de simples aumento quantitativo, deveria, avalia o jornal, ser pensando e tratado o problema sob uma perspectiva estrutural, a partir da qual se encontrassem soluções para as disparidades nos rendimentos do funcionalismo público, soluções que fugiam, segundo *O Globo*, à alçada do governo (A VERDADE..., 1994, p. 6).

OG relacionou a estabilização a outras questões, a exemplo das condições de atração de investimentos e, conseqüentemente, de crescimento. Em dado editorial, o periódico fez uma associação entre a perda de investimentos estrangeiros no Brasil e a inflação, a qual ajudava a criar, segundo *O Globo*, uma sensação de desconfiança no que diz respeito ao compromisso dos governantes brasileiros com a estabilização da economia. O jornal aproveitou a oportunidade para criticar aqueles que não apoiavam o PEE, argumentando que, sem o controle inflacionário, o país perderia credibilidade frente a credores internacionais, e por sua vez, teria déficits em geração de empregos e crescimento econômico (BARRIL..., 1994, p. 6).

Em outra oportunidade, voltou a criticar os opositores do Plano Real e a sugerir a importância da estabilização para a redistribuição de renda, portanto, aos benefícios trazidos pelo Plano aos setores mais pobres da sociedade. Por outro lado, o Estado, salientou *OG*, estaria começando a compreender seu papel diante da economia, subtraindo sua ingerência sobre esse campo, o qual estaria funcionando de forma satisfatória, pois deixado a livre concorrência (DENTRO..., 1994, p. 6). Assim como fez a *FSP*, o diário carioca citou a questão das desigualdades e da injustiça social, posicionando-se, aparentemente, como defensor do combate à pobreza, mas colocando a questão como complemento e não enquanto uma prioridade. A redistribuição de renda surgia quase que na qualidade de produto automático da estabilização, dado o aumento do poder de consumo da população, viabilizado pelo controle inflacionário. Mas a discussão não foi muito além disso e o mercado permaneceu como instância protagonista da regulamentação econômica. Esta era uma das grandes virtudes, para a *FSP* e *OG*, do Plano Real, pois o Estado finalmente teria reconhecido a necessidade de limitar sua intervenção, deixando o mercado atuar com liberdade.

Privatização⁷

A ênfase no mercado e na esfera privada, no projeto político da imprensa carioca e paulista, se expressou, principalmente, na saliência da privatização em seus editoriais. Desenvolvendo críticas sistemáticas às empresas estatais, a seus monopólios e ao modelo de gestão pública, bem

⁷Para tratar desse tema, examinamos 9 editoriais da *FSP* e 15 editoriais d'*OG*.



como aos atores opositores à privatização, a *FSP* e *OG* delinearão, em boa medida, o modelo de desenvolvimento ao qual estavam afinados. Em oposição àqueles itens, defenderam a gestão e a iniciativa privada e os benefícios advindos da privatização, associada à estabilização econômica.

A privatização é um item central do projeto político defendido pela *FSP*, pois aponta para uma mudança significativa de ênfase, qual seja, do Estado para o mercado, conseqüentemente, da esfera pública para o âmbito privado. Tal ênfase, aliás, pode ser vista, por um lado, e em uma leitura macro e internacional, como desdobramento do fim da polarização entre capitalismo e comunismo, dada pela queda do socialismo no leste europeu e soviético (1989-1991), e, por outro lado, no Brasil, como resposta a um crescimento da participação das massas no campo político, o qual, interrompido em 1964 – com apoio significativo dos jornais aqui analisados –, teve novo impulso nos anos 1980. Nesse sentido, a defesa do individualismo, por parte da *FSP*, mas também d'*OG*, coaduna-se com certa tendência do conservadorismo recente, mas também a uma retórica reacionária (HIRSCHMAN, 1992), que intenta desqualificar o *Welfare State* como experiência histórica, questionando seus compromissos com a promoção do desenvolvimento social.

De todo modo, esse item da agenda neoliberal esteve articulado a uma série de questões, entre as quais a estabilização econômica e a redefinição do papel do Estado. A privatização também foi vista como instrumento de combate ao déficit público, associado, entre outras temáticas, às empresas mantidas diretamente pelo Estado. Estas foram representadas, em todos os editoriais analisados, como sinônimo de ineficiência, privilégios, desperdícios e corporativismo. Os bancos estaduais e a Petrobrás foram abordados em exaustão pela *FSP*. Nesse particular, o periódico apontou a Petrobrás como caso exemplar, questionando o monopólio da empresa sobre o petróleo e colocando o consumidor como o maior prejudicado por suas ações (A CAIXA-PRETA. 1994, p. 2).

O monopólio do petróleo mantido pela Petrobrás foi representado como uma espécie de “mito”, o qual seus funcionários defenderiam a todo custo, contra medidas de flexibilização do setor. Mas além do petróleo, a *Folha* também defendeu a abertura do setor de telecomunicações à iniciativa privada, considerando esta, sempre, como sinônimo de otimização de recursos, concorrência, competitividade e qualidade nos serviços. No caso da Petrobras, o jornal, com base em pesquisa realizada pelo Datafolha (de propriedade da mesma empresa que mantém o jornal paulista: o Grupo Folha), avaliava que já existia uma opinião pública favorável ao fim de seu monopólio sobre o petróleo, pois “hoje a maioria dos brasileiros é contra a existência isolada da Petrobrás no setor de exploração do petróleo no Brasil”. Mas “nas telecomunicações, a opinião levantada pelo Datafolha também é favorável à quebra do monopólio” (O FIM..., 1994, p. 2).



A privatização não foi defendida com referência a uma situação particular vivida pelo Estado e sociedade brasileiras, mas sim como expressão de uma tendência mundial, associada à estabilização (*FSP*, Undécima hora, 26 de nov. 1994, p. 2). Até mesmo por conta dessa importância atribuída à privatização, a *FSP* não poupou críticas ao Estado e às estatais, representadas negativamente em diversas oportunidades. Chegou a caracterizar as empresas públicas como uma espécie de aberração, na medida em que gastavam boa parte de seu orçamento com o pagamento de salários (o que não tinha correspondência com seus lucros) e em seus fundos de pensão, que na avaliação da *Folha* ofereciam aposentadorias a um seleto grupo de privilegiados. Para o jornal, a solução óbvia e estaria na privatização dessas empresas e na subtração do fundo de pensão a elas vinculados (FRANKENSTEIN..., 1994, p. 2).

OG atuou de forma engajada na defesa da privatização, afinando-se, novamente, à *FSP*. Em seus editoriais, a desestatização foi promovida à categoria de ingresso para a modernização econômica brasileira, processo que, no seu entendimento, vinha sendo realizado tanto em economias em desenvolvimento como no Primeiro Mundo, sob moldes e referências semelhantes. Opor-se à privatização, na perspectiva do jornal carioca, equivaleria a desconhecer ou recusar fatos e evidências empíricas dadas por diversas experiências internacionais, bem como ater-se a modelos de desenvolvimento anacrônicos e incoerentes com as atuais necessidades do país, leia-se, a redefinição do papel do Estado, assentada em um projeto político neoliberal.

Mais uma vez, a privatização foi associada à estabilização, tendo como justificativa o saneamento das contas públicas e uma série de críticas às empresas estatais, administradas, segundo o diário carioca, de forma incompetente, irresponsável, ineficiente e mesmo paternalista. Com efeito, os serviços públicos, no geral, foram qualificados negativamente, em oposição aos serviços oferecidos pelo setor privado, geralmente representados como sendo de melhor qualidade, porque inseridos em uma lógica de concorrência e voltados para o atendimento das necessidades do consumidor (A CONFERIR., 1994, p. 6).

Assim como o jornal fez para legitimar as ações do governo federal no que tange a seus esforços na estabilização, também para o caso da privatização a promoção do desenvolvimento social era apresentada como uma possibilidade aberta. Mais que isso, a desestatização era, na retórica d'*OG*, condição da manutenção de serviços básicos, a exemplo da saúde pública (COBERTOR..., 1994, p. 6).

Entre os editoriais, mais salientes na questão da privatização, é possível citar “Uma boa causa” (1994, p. 6). Nele, *OG* fez uma defesa contundente da privatização, argumentando que o processo: 1) ajudava a sanear as finanças públicas; 2) promovia a competitividade e a produtividade



no mercado; e 3) contribuía com a estabilização dos preços. Citando exemplos de empresas em fase de desestatização, cobrando celeridade e amplificação nesse processo, o jornal argumentou que a opinião pública estava afinada com sua perspectiva, enquanto os opositores a tais medidas estariam marcados pelo descrédito.

Na verdade, ao se apresentar como intérprete da opinião pública, *OG* afirmava sua própria opinião e posicionamento como representativos do conjunto da sociedade. Ao invés de salientar a existência de opiniões públicas plurais, conforme discutem Nicola Matteucci (1998) e Jean-Jacques Becker (2003), o diário da família Marinho buscava converter uma tendência particular de opinião, a de seu grupo proprietário (Grupo Globo), em uma tendência geral e dominante. Estratégia que não lhe é particular, mas que pode-se generalizar para o conjunto da imprensa e, portanto, para a *FSP*, como evidenciam empiricamente os autores da *História da Folha de S. Paulo* (MOTA; CAPELATO, 1981).

A privatização foi associada a outro tema valioso para *OG* e para a *FSP*: a revisão constitucional. Na perspectiva do jornal carioca, a privatização possibilitava sanear as finanças do Estado, porém, não era uma medida suficiente nesse sentido. Cumpria acelerar o programa de desestatização, sim, mas também executar uma série de reformas estruturais para se eliminar os obstáculos à expansão do programa e mesmo do crescimento econômico (HORA..., 1994, p. 6).

Reformas⁸

Ao longo de todo o ano de 1994, tanto a *FSP* como *OG* abordaram a revisão constitucional, atribuindo grande importância a essa questão. As reformas da legislação trabalhista, da previdência social, da administração pública e tributária foram apresentadas como itens fundamentais no saneamento financeiro do Estado brasileiro, no processo de modernização econômica e, associada a esses tópicos, à subtração dos obstáculos que até então, na avaliação dos periódicos, vinham impedindo que o país aderisse à determinada “tendência mundial”, qual seja, à economia de livre mercado.

Em vários editoriais, a *FSP* cobrou do governo e, sobretudo, do Congresso Nacional compromisso com a execução da revisão constitucional, item que abrangia uma série de reformas consideradas pelo jornal como sendo prioritárias na agenda política brasileira. No início do mês de abril, a *Folha* viu com otimismo a iniciativa de parlamentares e do próprio governo federal de

⁸As reformas foram tratadas em uma série de publicações da *FSP* e d'*OG* em 1994. Em determinadas ocasiões, de forma parcial, avaliando-se reformas específicas, e em outras oportunidades, de forma integral, se colocando a revisão constitucional como um tópico de importância fundamental no projeto político defendido pela imprensa. Nesse sentido, para os fins da pesquisa e deste artigo, analisamos 16 editoriais da *FSP* e 8 editoriais d'*OG*.



propor uma agenda mínima para se votar na reforma constitucional, até então paralisada no Congresso. O jornal afirmou que as reformas, em especial do sistema tributário, da previdência social, dos monopólios estatais e das responsabilidades dos entes federativos, eram fundamentais para, corrigindo desproporções e eliminando obstáculos, por o país no caminho certo do desenvolvimento. Essa tarefa, portanto, seria da máxima importância para o futuro do Brasil, uma responsabilidade diante da qual os políticos não poderiam fugir (RESSUSCITAR..., 1994, p. 2).

Em relação especificamente à estrutura tributária brasileira, o jornal paulista teceu uma série de críticas, entre as quais ressaltava o caráter excessivo dos impostos cobrados, a incoerência e a ineficiência da legislação, que, incidindo em demasia sobre a produção e o consumo, acabaram prejudicando os mais pobres e os setores produtivos, além de favorecer a inadimplência. Dessa maneira, a estrutura tributária também não favoreceria a estabilização e o crescimento. Não favoreceria nem o consumidor nem os empresários. Urge, afirmou a *FSP*, sua reforma e “simplificação” (HIPOCRISIA..., 1994, p. 2).

A exemplo do que se faz hoje na grande imprensa, a *FSP* criticou a legislação trabalhista, representada como excessivamente corporativista e produto do “entulho autoritário” – do regime militar, mas também da Era Vargas. Nesse sentido, defendeu a flexibilização da legislação, expressa, entre outras coisas, na adoção de contratos coletivos, apontados como uma tendência no mundo do trabalho dos países de Primeiro Mundo (POR NOVAS..., 1994, p. 2).

Ao tratar da reforma da previdência social, o periódico argumentou que havia uma tendência de envelhecimento da população, resultante do aumento de indicadores da qualidade de vida, entre os quais o acesso ao Sistema Único de Saúde, a urbanização e a própria melhoria da expectativa de vida. Defendeu a necessidade de revisão das condições de aposentadoria, até porque o Brasil, assim como todo o mundo, enfrentava uma crise de desemprego estrutural. Alertou para o esgotamento das condições de autofinanciamento da previdência e para a consequente necessidade de rever a questão (ESPADA..., 1994, p. 2). Agindo desta forma, parafraseando Maria Lucia Teixeira Werneck Vianna (1999), a *FSP* buscou justificar a reforma da previdência, subtraindo seu significado histórico, valendo-se das estratégias de: *despoliticização*, convertendo a questão a um debate meramente técnico, que marginaliza suas implicações sociais bem como sua relação com o ambiente político; *naturalismo*, colocando-se a previdência na “condição de doente terminal, cujo ciclo de vida estaria se encerrando, [...] em função de inevitáveis transformações econômicas” (VIANNA, 1999, p. 102), ignorando o fato de que a situação da previdência e da seguridade social como um todo suscita respostas distintas e *ad hoc*; *maniqueísmo*, apresentando



soluções “mutuamente excludentes” (VIANNA, 1999, p. 105), que variam entre os regimes de repartição e de capitalização, previdência pública contra previdência privada.

As reformas também ocuparam espaço privilegiado nos editoriais e no projeto político d’OG. As alterações na legislação trabalhista, previdenciária, administrativa e tributária foram vistas como um imperativo da redefinição do papel do Estado. Do contrário, não haveria condições suficientes para se destravar os obstáculos à estabilização e ao desenvolvimento, conseqüentemente, os setores público e privado não conseguiriam modernizar-se. A oposição a tais reformas seria marcada por posicionamentos nacionalistas e ideológicos, incompatíveis com as necessidades do país, na perspectiva do diário (ENERGIA..., 1994, p. 6).

Em outro editorial, o jornal fez uma leitura semelhante àquela da *FSP* no que se refere à situação da previdência social no Brasil. Com referência a um relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ressaltou o envelhecimento da população, argumentando que essa questão incidia diretamente sobre o funcionamento da previdência. Afirmou que o atual modelo estava fadado ao fracasso, justamente porque o número de trabalhadores inativos estaria aumentando desproporcionalmente ao contingente ativo. Tudo isso somado a existência de determinados setores privilegiados, sobretudo no funcionalismo público – argumento que ajudava a corroborar a defesa da privatização. Seria o caso de, com a revisão constitucional, reformar a previdência social, garantindo assim o equilíbrio orçamentário e a manutenção do serviço, argumenta *OG* (O BRASIL..., 1994, p. 6).

De fato, a necessidade de revisar a Constituição de 1988 e implementar reformas estruturais ganha uma saliência significativa no projeto político da *FSP* e d’OG. Nesse projeto, o mercado é que deve assumir posição de destaque, argumentam os periódicos. O Estado, por outro lado, precisa ceder espaço à iniciativa privada, reconhecendo sua incapacidade de financiar a reestruturação produtiva do país, concentrando seus investimentos em setores básicos e essenciais, a exemplo da saúde e da educação. As reformas viriam justamente para garantir a prestação de serviços, tornar o orçamento público mais equilibrado e permitir um desenvolvimento sustentável, não mais caracterizado pelo caráter empresarial do Estado, mas sim por sua função reguladora, em uma economia de mercado.

Estado, mercado e modelos de desenvolvimento⁹

A discussão relativa ao papel do Estado e do mercado na sociedade brasileira, de certa

⁹Para o processamento das informações referentes a esse eixo temático, analisamos 15 editoriais da *FSP* e 12 editoriais d’OG.



maneira, se constitui em um dos tópicos mais importantes na definição de modelos de desenvolvimento e, conseqüentemente, de projetos políticos e ideologias. Percebemos que no tratamento da importância que se deu ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, bem como ao livre mercado e à abertura comercial, a *FSP* e *OG* acabaram apresentando seu projeto político com maior nitidez, sem deixar de afirmar tal projeto em oposição a modelos que prezavam, em seu entendimento, pelo intervencionismo estatal.

Na perspectiva da *FSP*, a promoção da iniciativa privada, a liberalização econômica, a abertura comercial, com a atração de capital estrangeiro, a privatização etc., não foram vistas como elementos característicos de determinada ideologia, mas sim como questões práticas, as quais deveriam ser enfrentadas (positivamente) por quaisquer governantes. O cidadão, todavia, foi representado como consumidor de bens e serviços (SEM UTOPIA. 1994, p. 2), raramente enquanto ator político.

Caberia ao Estado restringir o campo de sua atuação, concentrando-se, por um lado, na manutenção de serviços básicos, para os quais o setor privado não se encontrasse em condições de atendimento, como salientou criticamente Asa C. Laurell (1995), e por outro lado, atendo-se às necessidades dos agentes produtivos e à autonomia do mercado, buscando promover, sem intervir, o funcionamento da economia para a satisfação das necessidades do consumidor. Segundo a *FSP*, trata-se, em todo caso, de incentivar o consumo e não o contrário (QUE PAÍS..., 1994, p. 2).

As representações construídas sobre o Estado eram das mais negativas. Este foi visto como inchado, intervencionista, ineficiente e incapaz de oferecer, com qualidade, serviços básicos à sociedade, como saúde, educação e transporte. O Estado foi representado como forte, no sentido do nível em que sua presença se dava nas mais variadas atividades e setores sociais, mas fraco, em termos da eficiência com que se desdobrava tal presença e ação. Uma contradição em termos, sugeriu o jornal paulista. Por fim, reclamava-se menos Estado, mais iniciativa privada, com a presença do poder público apenas em atividades consideradas indispensáveis (MUITO..., 1994, p. 2).

Em outra oportunidade, a *Folha* tratou de um consenso no Brasil, qual seja, o neoliberalismo. Fazendo um retrospecto dos ideais dominantes na história econômica mundial, com o mercantilismo, o liberalismo, o comunismo, o *Welfare State* e, finalmente, o neoliberalismo, o periódico se mostrou cético e crítico a respeito desse último modelo de desenvolvimento, alegando que o mesmo não conseguiu conciliar riqueza e justiça social, além da distribuição de renda por meio do trabalho. O Brasil, portanto, estaria nessa encruzilhada, a espera de um modelo



político-econômico que possibilitasse solucionar seus maiores problemas, afirma a *FSP* (E A TERRA..., 1994, p. 2).

Entretanto, as reflexões do jornal, no que diz respeito à relação Estado-mercado, no geral, convergem para o neoliberalismo como modelo de desenvolvimento e para a redefinição do Estado em função desse paradigma.¹⁰ Em outra oportunidade, a *Folha* defendeu que o governo se adaptasse ao funcionamento do mercado, ao invés de buscar interferir no mesmo. Tratando da implantação do PEE, o jornal afirmou que se o mercado não vinha funcionando satisfatoriamente, aumentando de maneira aguda os preços de determinadas mercadorias, entre outras medidas, era porque o governo ainda não havia conseguido provocar a devida confiança dos agentes econômicos. Ao invés de agir de forma centralizada e autoritária, deveria, ao contrário, aceitar o livre mercado e atender as suas demandas, entre as quais aparecia a liberalização comercial e a facilitação das importações (CRIME..., 1994, p. 2).

O projeto político defendido pelo jornal carioca é semelhante à agenda da *FSP*. Há diferença de entonação no apoio ao Plano Real e ao governo, mais sensível no caso d'OG, porém, não existe uma distinção substancial em termos políticos e ideológicos. Ambos os jornais defenderam um modelo de desenvolvimento caracterizado pelo domínio do mercado em relação ao Estado, do consumidor sobre o cidadão e das relações econômicas em detrimento das relações políticas. O viés economicista, portanto, caracterizou os projetos políticos aqui considerados, em grande medida, de modo que, conforme comentamos anteriormente, tal enquadramento, que salienta um polo (o econômico) em prejuízo de outro (o político), não foi resultado de uma mera coincidência, apresentando sérias implicações do ponto de vista da construção de uma sociedade democrática.

Em editorial que tratou do discurso de despedida de FHC do Senado Federal, proferido nessa instituição no mês de dezembro, *OG* ressaltava seu significado, o qual se fundamentaria no anúncio do fim da Era Vargas – período histórico brevemente explanado ao longo do texto. A experiência iniciada com a Revolução de 1930 foi associada a um modelo de desenvolvimento defasado, cujo principal agente organizador/diretor seria o Estado. Tal modelo, marcado pelo estatismo e pelo corporativismo, estaria esgotado, sendo necessário substituí-lo por outro (nesse ponto, *OG* não é claro em relação ao novo modelo), ao mesmo passo em que se processaria uma reforma do Estado. A reforma, portanto, seria um passo necessário da superação do modelo intervencionista da Era Vargas e mesmo do regime militar. O futuro, diz *OG*, apontava para maior

¹⁰Cf. a definição de “neoliberalismo” e o perfil do Estado neoliberal em David Harvey (2008).



limitação do poder do Estado e para o fortalecimento do processo democrático (CONVOCAÇÃO..., 1994, p. 6).

Porém, a referência à democracia não foi sustentada, a exemplo do uso retórico da proposta de redistribuição de renda, por análises minimamente consistentes, permanecendo a discussão relativa à participação política à sombra e submersa no projeto político d'OG e da FSP. Talvez com maior saliência do que fez o jornal paulista, OG se utilizou, em vários momentos, da proposta de promoção da justiça social no país como mero elemento persuasivo, na defesa de ideias e valores, em muitos casos, potencialmente antagônicos.

A ênfase do jornal carioca recaiu, sobretudo, na defesa do livre comércio e no caráter econômico das relações sociais, com destaque para o consumidor e não para o cidadão. A justiça social, por outro lado, foi vista como um produto e uma possibilidade da liberalização comercial e não como uma construção e uma prioridade de quaisquer governos. O Estado, além disso, foi associado ao corporativismo e ao patrimonialismo, características históricas da experiência brasileira, segundo o periódico. Na relação com a sociedade, ao invés de promover a livre iniciativa, o Estado brasileiro tenderia a “formação de grupos de interesses”, uma tradição que OG aparentemente condena (MEDO..., 1994, p. 6).

O projeto político defendido pelo *Globo* por meio de seus editoriais, em síntese, acabou por privilegiar a promoção do mercado em detrimento do Estado, do domínio privado em prejuízo do público. Subtraiu o conteúdo da cidadania, reduzindo o brasileiro à categoria de consumidor. Marginalizou o debate sobre a participação política e a democracia, enquanto priorizava as discussões relativas ao papel do Estado em face das necessidades de estabilização e crescimento econômico. Junto à FSP, silenciou a questão das desigualdades, da pobreza e da injustiça social, tomadas como questões não prioritárias, mas sim como problemas a serem tratados posteriormente – apesar de, retoricamente, associarem livre mercado, crescimento e redistribuição de renda. As pressões do funcionalismo público em prol de aumentos salariais, com efeito, foram vistas antes como problema, na perspectiva do imperativo de controle orçamentário e da estabilização.

Nesse sentido, consideramos que o projeto político da imprensa paulista e carioca preconiza um sentido específico para o tema da modernização econômica, entendida como “o processo pelo qual a organização da esfera econômica de um determinado sistema se torna mais racional e mais eficiente”, nas palavras de Gianfranco Pasquino (1998, p. 772-773). Nele, os conflitos provocados pela modernização são esterilizados em seu conteúdo político, sob uma perspectiva ideológica que generaliza a conquista de interesses particulares, especialmente de empresários e investidores, e minimiza prejuízos coletivos, experimentados, sobretudo, pelos



setores mais pobres. Simplifica os atritos característicos da modernização econômica empreendida em sociedades marcadas por extrema desigualdade, como é o caso brasileiro.

No conflito entre liberdade e ordem pública (autoridade), é possível perceber uma associação entre liberalismo e conservadorismo. Ao buscar a construção de determinada harmonia nos conflitos entre capital e trabalho, o progresso sob o prisma da ordem, na verdade, a *FSP* e *OG* acabam por definir um projeto político (neo)liberal-conservador, sendo o conservadorismo, nesse caso, uma “via para a modernidade”, retomando uma discussão proposta por Francisco Carlos Teixeira da Silva (1996), e um elemento funcional “à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento”, segundo proposto por Tiziano Bonazzi (1998, p. 242), resultante da defesa do individualismo em sintonia com a imposição de limitações ao avanço dos processos democráticos, discutida em José Guilherme Merquior (1991).

Como foi exposto, o caráter ideológico permeia, em boa medida, os editoriais da *FSP* e *d’OG* publicados em 1994. Dessa maneira, define-se um projeto político de corte neoliberal, combinado com elementos conservadores em termos políticos e ideológicos, funcionais à manutenção do *status quo*. Trata-se, em síntese, da edificação de um modelo de desenvolvimento neoliberal e de direita, assentado na defesa da propriedade privada e da economia de mercado, em detrimento de uma promoção substancial da participação política e da justiça social.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos desenvolver reflexões sobre o viés ideológico do projeto político defendido pelos jornais *FSP* e *OG* em 1994. Por meio de análise de seus editoriais, ao longo de todo aquele ano, percebemos uma série de elementos que, de algum modo, nos permitiram mapear o pensamento político de parte da grande imprensa paulista e carioca.

Concluimos que o projeto político em questão preconizou a ênfase no mercado em detrimento do Estado, a importância do âmbito em que se vivenciam relações privadas em prejuízo do mundo propriamente social e, mais importante, a sobrevalorização do cidadão enquanto consumidor, sem a devida discussão relativa ao exercício da cidadania. O projeto político, portanto, apresentou claro viés economicista, subtraindo o debate sobre a participação política e a democracia. Por tudo isso, consideramos tal projeto inserido no campo das direitas, particularmente da direita (neo)liberal.

Em ambos os casos, há uma proposta de limitação da participação política, do potencial de críticas e oposição ao sistema político, bem como a fundamentação do regime democrático no direito à propriedade privada e na redução da intervenção do Estado. As críticas a tais ideais e



princípios, por outro lado, são vistas como fatores de instabilidade e mesmo antidemocráticas. Nos jornais analisados, os projetos políticos da esquerda são desqualificados por completo, sendo seu conteúdo caracterizado como inconsistente, anacrônico e fora da realidade. Para as direitas neoliberais representadas pela grande imprensa paulista e carioca, portanto, não há proposta alternativa ao neoliberalismo, modelo de desenvolvimento edificado no Brasil, em boa medida, por esses periódicos.

A leitura aqui desenvolvida, no que diz respeito ao projeto político da *FSP* e *d'OG*, ressalte-se, é parte de uma pesquisa em andamento. Trata-se de um texto introdutório a um trabalho mais extenso e profundo, que não objetiva, é claro, esgotar as discussões relativas à atuação política da imprensa, mas sim contribuir acadêmica e socialmente com tal debate.

Fontes:

A CAIXA-PRETA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 28 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A CONFERIR. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 jun. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A FALA de FHC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 7 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A GESTÃO FHC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 29 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A SALVO de turbulências. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 7 set. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

AS SURPRESAS de julho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 17 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

A VERDADE do Orçamento. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 22 jul. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

BARRIL furado. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 1º set. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CHAMADA à realidade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 28 jul. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

COBERTOR curto. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 12 ago. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

COINCIDÊNCIAS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 27 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CONSCIÊNCIA democrática. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 9 out. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CONVOCAÇÃO à mudança. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 18 dez. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CRIME e castigo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 14 mar. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.



- DENTRO do figurino. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 ago.1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- DESMANCHE. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- DIVISÕES no PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 22 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- E A TERRA era redonda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 5 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- ENERGIA represada. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 25 jan. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- ESPADA de Dâmocles regras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 5 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- ESTABILIZAR para competir. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 10 set. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- FALTAM AS reformas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 21 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- FRANKENSTEIN estatal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 22 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HIPOCRISIA tributária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 7 nov. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HORA de avançar. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 fev. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- HORÁRIO gratuito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 10 jun. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- INJUSTIÇA garantida. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 1º mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa de intenção de voto para presidente da República (1994)**. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/10/1203291-intencao-de-voto-presidente---1994.shtml>. Acesso em: 19 de ago. 2017.
- LULA e os radicais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- MEDO pertinente. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 30 de jan. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- MUITO forte e muito fraco. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 11 mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- NEGANDO a realidade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 18 mar. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- OBJETO não identificado. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 13 mar. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- O BRASIL mais velho. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 4 mai. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.



- O BUTIM. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 26 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- O FIM do mito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 19 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- O PROGRAMA do PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 3 mai. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- O REAL como eleitor. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 15 jul. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- POR DEFINIÇÕES. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 12 nov. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- POR NOVAS regras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 26 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- QUE PAÍS é este. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 26 out. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- RESSUSCITAR a revisão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 2 abr. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- SE HOJE é assim.... **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 24 fev. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- SEM UTOPIA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 21 jun. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- SINAL amarelo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 7 set. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- TEMPO e vontade. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 5 abr. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- TRINCHEIRAS xiitas. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, p. 6, 29 abr. 1994. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 2 abr. 2018.
- VAI AJUDAR?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 2, 25 jun. 1994. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 2 abr. 2018.

Referências bibliográficas:

- ARÊAS, J. B. **Batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão**. 352 p. Tese (doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), Niterói – RJ, 2012.
- BAKER, K. M. El concepto de cultura política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. **Ayer**, Madri, n. 62, v. 2, p. 89-110, 2006.
- BECKER, J.-J. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. [1988]. p. 185-211.
- BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2.11 ed. Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. Coord. da trad. de João Ferreira. Rev. geral de João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [1983]. p. 242-246.
- BORRAT, H. El periódico, actor del sistema político. **Análisis**, v.12, p. 67-80, 1989.



BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16 ed. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. [1989].

CARVALHO, Rodrigo. **A imprensa escrita na era FHC**: análise dos editoriais dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo no período 1995-2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Mercado), Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, 2006.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FONSECA, Francisco. **Divulgadores e vulgarizadores**: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo (FFLCH-PPGHS-USP), São Paulo, 2001.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 2008. [2005].

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. Tradução de Tomás Rosas Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. [1991].

KUJAWSKI, G. M. **O projeto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____ (org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. Rev. téc. Amélia Cohn; trad. Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortes, 1995. p. 151-178.

MATTEUCCI, Nicola. Opinião Pública. In: BOBBIO, Norberto; _____; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2.11 ed. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini; coord. trad. João Ferreira; rev. ger. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [1983]. p. 842-845.

MC COMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Tradução Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2009.

MERQUIOR, J. G. **O Liberalismo Antigo e Moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1991.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. R. **História da Folha de S. Paulo**: 1921-1981. São Paulo: IMPRES, 1981.

PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; _____. **Dicionário de política**. V. 2.11 ed. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini; coord. João Ferreira; rev. ger. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. [1983]. p. 768-776.

TEIXEIRA DA SILVA, F. C. O conservadorismo como via para a modernidade. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 6, p. 7-20, dez. 1996.

TEIXEIRA, C. S. G. **Imprensa e poder**: as eleições presidenciais de 1994 e 1998. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói – RJ, 2001.

VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANNA, M. L. W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, I. (org.). **O desmonte da nação**: balanço do Governo FHC. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 91-114.